

POSIÇÃO: O JORNALISMO ALTERNATIVO NA LUTA PELA ANISTIA

LUIZ FERNANDO DA SILVA BRUMANA¹

Resumo: Durante os 20 anos da Ditadura Militar, grupos de oposição se articularam para denunciar as atrocidades do regime. No Espírito Santo, um expoente de luta era o jornal *Posição*, criado na segunda metade da década de 1970, quando a Anistia e a volta da democracia, duas propostas quase intrínsecas, ganhavam força entre a população. Inevitavelmente, os jornalistas do efêmero periódico reforçaram essas trincheiras e se viram diretamente envolvidos com seus personagens, seus ideais e seus sofrimentos. É exatamente a forma com que o jornal abordou a anistia durante as suas 66 edições que será discutida neste artigo. Como fontes: reportagens, notas e editoriais, além de relatos de história oral dos profissionais de imprensa e de Perly Ciprino, preso político da época.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Anistia, Jornalismo

Abstract: During the 20 years of the Military Dictatorship, oppositional groups have articulated to denounce the regime's atrocities. In the state of Espírito Santo, the struggle was the newspaper *Posição*, created in the second half of the 1970s, when amnesty and the return of democracy, two intrinsic proposals, gained strength among the population. Inevitably, the journalists of the ephemeral period reinforced these trenches and became directly involved with their characters, their ideals and their sufferings. It is exactly how the newspaper addressed the amnesty during its 66 issues that will be discussed in this article. Sources: reports, notes and publishers, as well as reports of oral history of press professionals and Perly Cipriano, political prisoner of the time.

Keywords: Military Dictatorship, Amnesty, Journalism

1. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, licenciado em Letras e mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: brumanaluiz@gmail.com

QUANDO A ANISTIA VIRA PAUTA

“Vem completa, vem de túnica imaculada, vem nua, anistia. E nua, não dará margens para murmurações, recriminações, protestos, ressentimento, vociferações e lágrimas. Assim te desejo, assim te quero para os que necessitam de ti e para os que não necessitam”, a frase faz parte do texto “Anistia”, de Carlos Drummond de Andrade, que foi publicado pelo jornal alternativo capixaba *Posição* em sua 61ª edição.

A pequena publicação nanica, como era conhecida aquela imprensa aguerrida, mas sem grande estrutura, surgiu em Vitória, em 29 de outubro de 1976, durante um regime militar que já durava doze anos e dava claras demonstrações de pouca “simpatia” para com a função jornalística. Os mais céticos previam perspectivas pessimistas e até mesmo os otimistas não vislumbravam grande futuro para aquela empreitada: “Tanto críticos quanto pessoas chegadas a nossa redação eram unânimes: ‘Não dura nem três edições’” (POSIÇÃO, ed. 39, p. 9).

A primeira edição ganhou as ruas, a segunda veio quinze dias depois e, assim sucessivamente, o periódico chegou ao número 66, firmando-se com linguagem mais ousada que outros veículos e tocando em temas não citados pela imprensa tradicional – naquela época, com grande circulação no Espírito Santo, havia *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário*.

Era um jornal feito por jornalistas e, por isso, sofria com a falta de estrutura. Funcionava inicialmente no edifício Glória, mas a redação mudou de endereço três vezes e chegou a rodar suas páginas em Belo Horizonte para fugir à censura e às restrições locais. A publicação costumava se afirmar imune às três escalas da censura – autocensura, censura empresarial e censura governamental –, e primava por uma cobertura de resistência e independência. Era o que não se havia feito na imprensa capixaba desde o Golpe de 1964.

Entre as pautas: valorização do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); incentivo ao movimento estudantil, cobertura da luta por terra e chegada de migrantes ao Estado; além, obviamente, da Anistia. Exaltá-la significava precisamente escrever sobre Direitos Humanos, como pontua Azevedo (2011, p.186). Portanto, era um assunto terminantemente proibido pela censura durante o período militar, assim como os temas relacionados aos presos políticos, cassados e exilados.

A anistia e os lançamentos dos comitês regionais não ganhavam tanto espaço na mídia tradicional, cabendo aos jornais alternativos exaltar a Anistia Ampla, Geral

e Irrestrita. Quando um jornal se propõe a defender uma bandeira, ela pauta desde editorial, matéria e, sempre que há uma oportunidade, estampa a capa da publicação. Assim foi no jornal *Posição*. O diferencial, entretanto, é que o periódico capixaba adotou um personagem como principal foco: Perly Cipriano.

UM ROSTO PARA A ANISTIA

Preso em Pernambuco em 1970, o jovem Perly Cipriano havia deixado o curso de Odontologia na Ufes dois meses antes de se formar e cair na clandestinidade. Decidiu viajar para Kiev, na Ucrânia, então União Soviética, onde estudou Direito Internacional Público na universidade local. Voltou ao Brasil e, depois de uma rápida passagem no Espírito Santo, decidiu seguir para o Nordeste brasileiro, onde se aproximou da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e passou a atuar politicamente junto ao grupo.

“Fui preso em Olinda em uma praça e torturado ali mesmo. Levaram-me para a delegacia, onde também era a prefeitura. Fui torturado lá também. Depois fui levado para o DPPS, o DOPS deles”, conta o ex-presos político em entrevista concedida ao autor deste artigo. Ele ficou dois meses em uma cela totalmente nu e sem contato com outros detentos. Foi submetido ao pau de arara, afogamento e demais métodos de tortura. Foi julgado e condenado a 84 anos e 8 meses. Cumpriu aproximadamente 10 anos, três anos e meio dos quais em Pernambuco. Foi transferido para presídio no Rio de Janeiro, onde os jornalistas do *Posição* foram visitá-lo.

77

Eu estava preso no Rio de Janeiro e já recebia visita de algumas pessoas do Espírito Santo. Jô Amado, Luzimar, Umberto, Tânia, Ana Doimo, Batista Canholato. Eram essas as visitas que eu tinha com mais regularidade. Eu recebi o *Posição*. Não lembro se foi o Batista Canholato que me entregou ou foi por meio do Correio. Nós tínhamos acesso ao Correio, mesmo eles revistando tudo. Mas acho que foi pelo Batista mesmo. Recebi, achei muito interessante e expressei para outras pessoas meu interesse e soube mais tarde que Rogério Medeiros que mandou me entregar os jornais. Passei a receber as demais edições na prisão regularmente. (CIPRIANO, entrevista concedida ao autor, 20 de maio de 2016)

Foi a partir de uma carta, datada de 10 de setembro de 1978, e assinada por Arne Strom, que os jornalistas tomaram conhecimento da situação do preso político. A correspondência explicava que o movimento Anistia Internacional, entidade global

criada em 1961 com o intuito de promover ações e campanhas para que os direitos humanos sejam respeitados e protegidos, buscava ajudar pessoas que passavam por dificuldades e fazia algumas perguntas sobre Perly. A carta deu origem a uma reportagem na 44ª edição do *Posição*, de 07 de outubro daquele ano, na qual explicava as conjunturas da prisão do capixaba. Pontuava no final que “hoje é a luta de todos aqueles que discordam da ditadura militar. Amanhã é a anistia”.

Quatro edições depois, o próprio preso político capixaba (nasceu em Aimorés, Minas Gerais, mas é morador do município de Barra de São Francisco, no Espírito Santo, desde os três anos de idade) contava sua história. O título da reportagem: “Perly, uma voz na sucursal do inferno”. Na entrevista, ele relembra os maus-tratos pelos quais passou, chegou a relatar que, além da tortura, era obrigado a se alimentar de comida com terra, cuspe, ponta de cigarro, além de ter uma metralhadora apontada para sua cabeça constantemente. Falou sobre a luta democrática, a expectativa do fim do regime e afirmou que a anistia não poderia ocorrer “como concessão do príncipe. Toda possibilidade só pode surgir através de uma anistia ampla obtida nas reivindicações populares. As grades só se abrirão pelas mãos do povo” (POSIÇÃO, ed. 48, p.3).

78

Perly voltou a pautar o jornal alternativo seis meses depois, quando o pacote de anistia já era esperado. A reportagem, ilustrada com uma foto do preso político paramentado de capelo e beca para a formatura na Ufes que por pouco não ocorreu, exaltava no título: “Anistia sem a liberação de Perly não é anistia”. A equipe do *Posição* viajou a Barra de São Francisco para entrevistar os familiares de Perly. Em um relato emocionado, Dório Cipriano contou que o filho sempre teve a “política na veia” e que, se pegou em armas, foi porque viu muita coisa errada no País. Era a história mais que ideal para a ideologia do jornal alternativo.

O preso político passou a trocar correspondências com os jornalistas, estreitando ainda mais os laços. Em uma delas, Perly afirmava que a rotina carcerária continuava a mesma, mas que sentia que do lado de fora o mundo se movimentava aceleradamente em prol de mudanças. Também aproveitou para elogiar o jornal alternativo e se mostrar esperançoso com a possibilidade de anistia: “Li um editorial do *Posição* sobre a anistia e achei excelente. Meus parabéns pelo jornal inteiro. Assim que colocar os pés na rua chego aí para conversar sobre tudo” (POSIÇÃO, ed. 35, p. 8).

ANISTIA EM REPORTAGENS, CAPAS E EDITORIAIS

A primeira vez que o jornal nanico do Espírito Santo mencionou a anistia foi ainda na sua 18ª edição. Na última página daquele número, *Posição* debatia a necessidade de uma assembleia popular constituinte. Com depoimentos do deputado federal Max Mauro, trazia um trecho da carta de Joaquim Leite de Almeida para a cúpula do diretório estadual do MDB propondo diversas ações, a primeira da lista: uma anistia geral. Fundadores e colaboradores constantemente alegam que a anistia estava entre os primeiros objetivos do jornal alternativo. Mas, de acordo com as matérias publicadas, o tema passou a ocupar mais espaço de forma gradativa, se intensificando nos anos finais da publicação, quando a pauta passou a ser debatida também por alternativos de outros estados e pela sociedade organizada. No Espírito Santo, todavia, a cobertura da anistia pelo jornal nanico representou um pioneirismo.

“A cobertura deve coincidir com a criação do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) do Espírito Santo. Passamos a dar cobertura porque era importante”, explicou Jô Amado em entrevista. Tania Mara Ferreira faz coro: “A anistia era uma discussão nessa época. Todas as causas de esquerda e movimento social, o jornal estampou”. A relação passou a ser tão próxima que até o então presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo (CBA), Ewerton Montenegro Guimarães, contribuía com o periódico esporadicamente.

Mas a questão só veio a ser discutida mais amplamente na 35ª edição do jornal, datada de 11 de maio de 1978, quando o tema foi capa e pautou reportagem de quatro páginas, além do editorial. “Fizemos uma edição especial sobre esse assunto, em que a palavra ‘Anistia’ aparecia em vermelho na capa. Foi a primeira vez em que usamos outra cor na confecção do jornal”, lembrou Robson Moreira, também em entrevista. A capa ainda era composta por uma ilustração de uma cabeça decapitada e, logo abaixo, um poema forte e sombrio sobre as ações da tirania na tentativa de calar as vozes da oposição.

No fundo do poço da história, como uma água mais sonora e brilhante brilham os olhos dos poetas mortos. Terra, povo e poesia são uma mesma entidade encadeadas por subterrâneos misteriosos. Quando a terra floresce, o povo transpira liberdade, os poetas cantam e mostram o caminho. Quando a tirania obscurece a terra e castiga os ombros do povo, em primeiro lugar ela procura a voz mais alta, e cai a cabeça de um poeta no fundo do poço da história. A tirania corta a cabeça que canta, mas a voz no fundo do poço volta aos mananciais secretos da terra e, da obscuridade, sobe pela boca do povo. Anistia (POSICÃO, ed. 35, p. 1).

O tom da capa se manteve no editorial. Com o título “Omissão Histórica”, *Posição* exaltava a imprensa independente, pontuando que seu trabalho nunca foi tão necessário, e que, cumprindo os preceitos do jornalismo, os profissionais e os meios de

comunicação até da grande imprensa estão informando a população sobre assuntos defendidos por variados setores da sociedade. "O grito da Resistência" era o título da primeira reportagem. Um material histórico sobre a anistia concedida em 1945 após o fim de um regime autoritário, no caso o Estado Novo, e o início de uma democracia efêmera.

Na reportagem, a equipe contabilizava 515 mil brasileiros (vivos) marginalizados da vida política do País pela repressão naquela época, entre eles: exilados, processados, presos e pessoas que tiveram seus direitos cassados. Os dados foram usados como gancho para o depoimento do Mário Martins, senador pelo então estado da Guanabara com o maior número de votos, cerca de 400 mil, e que foi cassado pelos militares. O ex-parlamentar criticou o AI-5 e afirmou: "a anistia não pode entrar nessa campanha de pechincha até bem pouco anunciada pelo governo. Ela terá que ser ampla e nobre. Sem miudezas, sem baixezas e sem mesquinharía". (POSIÇÃO, ed. 35, p. 5)

80

O juiz João Batista Herkenoff, que viria a fazer parte do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo, também foi entrevistado nesta 35ª edição. Magistrado, ele iniciou o debate afirmando que a anistia não é um assunto político-partidário e sim suprapartidário, o que o possibilita a se pronunciar sem ferir as limitações de seu cargo. Ele a classificou como um símbolo de paz, justiça e unidade, além de exaltar a capacidade da anistia ampla de não apenas favorecer um indivíduo ou um grupo, mas de proporcionar a pacificação de um povo.

Transcrevendo um documento elaborado pelo cineasta uruguaio Daniel Silveira, *Posição* finalizava a cobertura da anistia na 35ª edição com o depoimento do ex-deputado pelo PSB Francisco Julião. Exilado no México, concedeu entrevista depois de 14 anos de silêncio. Ele analisou os partidos comunistas latino-americanos, afirmou que as guerrilhas são instrumentos válidos na luta pela liberdade de um povo, criticou a socialdemocracia, exaltou as lutas camponesas, lembrou quando foi preso e explicou como é viver e trabalhar em outro país.

Na edição 34ª, uma antes da especial sobre anistia, *Posição* decidiu divulgar aos seus leitores uma concorrência no mínimo inusitada. Com iniciativa de jornais independentes, foi lançado nacionalmente o concurso "Um cartaz para a Anistia", coordenado pelos membros do *Pasquim*, no Rio de Janeiro. Buscava premiar aquele que melhor expressasse com criatividade e força o apoio à causa.

Eventualmente, a menção à proposta da anistia entrava em alguma entrevista ou em alguma reportagem do *Posição*. Se o evento fizesse referência à campanha,

não deixava de ser registrado. Isso aconteceu no seminário promovido no Colégio do Carmo, em Vitória, pelo Movimento Democrático Brasileiro, com a participação de Eny Moreira, presidente nacional do Comitê Brasileiro da Anistia e do general Peri Bevilacqua. Este leu uma monografia previamente preparada sobre a história da anistia no País.

Na 36ª edição, o deputado Max Mauro atrelava o retorno do Estado de Direito e da democracia à concessão de uma anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos, exilados e banidos. Inclusive, segundo ele, dependeria disso a convocação de uma constituinte. O parlamentar ainda frisava, na entrevista concedida aos jornalistas do alternativo, que a anistia em nada deveria ser percebida como perdão, já que sendo ele um opositor do regime, não se arrepende de questionar atitudes de um sistema imposto à nação durante os 14 anos.

Logo, os apoios e declarações em favor da anistia saíram do campo dos debates e opiniões e foram para a prática. No dia 03 de novembro de 1978 ocorria o 1ª Congresso Nacional pela Anistia, no auditório da Universidade Católica de São Paulo. O evento ganhou as páginas da edição 46 do *Posição*, com o título de apenas uma palavra: "Basta". O alternativo ainda destacava, no mesmo texto, a decisão judicial que responsabilizou formalmente o governo Geisel pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog.

Em 16 dezembro de 1978, uma nota na *Coluna Recortes* dava visibilidade a uma campanha paralela promovida pelo CBA para arrecadar Cr\$ 300 mil. O dinheiro, como pontua o alternativo, seria usado para pagar a "hospedagem" de Flávia Schilling em presídio uruguaio. A brasileira foi condenada a 12 anos de prisão. Pouco tempo depois, o periódico alternativo fez questão de reforçar que ela continuava presa por meio de uma reportagem com o título "Flávia ainda nas garras da ditadura uruguaia". *Posição* teve acesso a três cartas que a jovem enviou a sua família e nas quais transparece firmeza em suas convicções políticas.

Se a prisão de Flávia Schilling no exterior era conhecida e contava com certa visibilidade na imprensa, a situação de outras pessoas atingidas pela repressão, entretanto, não dispunha da mesma cobertura. A primeira vez que o alternativo capixaba tocou neste assunto específico foi em 24 de janeiro de 1979, na reportagem "Exilados e a abertura: A vingança do regime", publicada na edição 50. A matéria iniciava lembrando o corpo do preso político Alfeu de Alcântara Monteiro, encontrado boiando no Rio Guaíba, Porto Alegre, em 4 de abril de 1964, pouco depois do Golpe Civil-Militar. Pontuava que o episódio serviu para assinalar "que a repressão política

seria brutal”.

Usando como gancho o decreto recém-assinado pelo presidente Ernesto Geisel determinando o fim do banimento no País, a reportagem voltava a atacar o regime, revelando que a concessão não passava de uma mera ilusão. Afinal, logo após a assinatura da determinação, uma lista com caráter policialesco foi divulgada constando o nome de oito “indesejáveis”, sendo que apenas um deles estava oficialmente banido, os demais exilados. Entre os “Oito Odiados” estavam o professor Paulo Freire, além de Miguel Arraes e Leonel Brizola.

Para debater o assunto, o alternativo capixaba recapitulou acontecimentos históricos, como os sequestros dos embaixadores dos Estados Unidos, República Federal Alemã e Suíça, além do cônsul do Japão. A liberdade de todos foi trocada pelo envio de presos políticos para fora do País, totalizando 128 banimentos. Com o decreto do governo, essas pessoas se tornaram apenas exiladas. *Posição*, entretanto, revelava na sua 50ª edição que, desse montante, 116 se encontravam efetivamente fora do Brasil em 1979. Dois foram expulsos por terem dupla nacionalidade e um deles morreu em um acidente de carro na França, dois suicidaram-se no exílio na Europa; o major Joaquim Pires Cerveja “desapareceu” em meio à ditadura argentina; três foram assassinados pelos órgãos de repressão ao voltarem clandestinamente para ao território brasileiro; e outros três regressaram e respondiam a processos por conta de seus supostos crimes.

82

Aquela reportagem, da 50ª edição, ainda contava com um cartaz da CBA usado como ilustração. Lembrando os anúncios do velho oeste americano, a palavra “Procurados” vinha logo em cima da composição e, ao lado, uma faixa com “Anistia – Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro da Anistia mais próximo”. Fotos de 28 pessoas, entre homens e mulheres, estavam em ordem logo abaixo de um pequeno texto que dizia: “Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos” (POSIÇÃO, ed. 50, p. 12).

O mesmo cartaz foi novamente publicado na página 3 da 52ª edição, em 16 de março de 1979, mas o motivo da veiculação era diferente da anterior. A reportagem era “Tortura e torturadores: Limite Intransponível” e vinha acompanhada da reprodução da capa do jornal mineiro *Em Tempo*, que havia publicado uma lista com 442 nomes de militares acusados de tortura ou de infringir os direitos humanos. A denúncia fazia parte do livro “Documentos de presos políticos acerca da repressão fascista no Brasil”, do Comitê Pro-Anistia dos Presos Políticos do Brasil e publicado pela Edição Maria da Fonte, de Lisboa. Aquela era a segunda lista. A primeira, contendo 233 nomes, havia

sido publicada em julho do ano anterior pelo mesmo periódico e resultou em três atentados à sede do jornal mineiro.

Posição ainda trouxe em suas páginas um depoimento de uma fonte militar que destacou que “não se pode sequer pensar em colocar esses oficiais denunciados como torturadores no banco de réus, porque se estará julgando a própria instituição que se lançou como um todo nessa guerra” (POSIÇÃO, ed. 52, p. 3). Por fim, ainda pontuou que os exemplares do jornal *Em Tempo* com a lista dos militares haviam sido apreendidos. Questionava: “E a ‘abertura’, como é que fica?”

Naquela mesma edição, com o título “Anistia”, o colaborador Fausto Porto ainda redigia um artigo sobre o evento de lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Espírito Santo, no qual foram eleitos o advogado Ewerton Montenegro Guimarães e o professor Ferdinand Berredo de Menezes como presidente e vice, respectivamente, da entidade. O procurador Hélio Bicudo, figura nacional da oposição, esteve presente no evento e, segundo Fausto, a imprensa tradicional não registrou o motivo de sua visita ao Estado.

Duas páginas depois do artigo, na contracapa daquela edição, *Posição* voltava a abordar um assunto que englobava a anistia: o exílio da capixaba Zélia Stein no México. O texto era de Maurício Correia e detalhava a história da líder estudantil de Vitória, que pediu asilo no Uruguai e passou a sofrer com a ditadura daquele país. Ficou presa por cinco meses, até conseguir um salvo-conduto que a permitiu voar para a Cidade do México, onde passou a trabalhar como jornalista. O periódico independente trouxe um depoimento de Zélia.

Em uma edição com diversas alusões à anistia, o editorial não poderia fugir ao tema. A equipe do alternativo apontava que, depois de 15 anos, o momento era de crise no regime. Uma crise social que se mostrava irreversível desde janeiro daquele ano, o que também tornava impossível prever o rumo do processo político. O texto apontava que setores como os estudantes, os sindicalistas, os trabalhadores, a classe média, pequenos e médios empresários e os assalariados passaram a dar força aos movimentos em prol da anistia, da democracia e de uma constituinte. Por outro lado, os detentores do poder proclamavam que a anistia só seria concedida àqueles considerados “não perigosos”. O editorial finalizava sua reflexão apontando que havia sido este o contexto da instauração do Comitê Brasileiro pela Anistia no Espírito Santo.

Já o editorial da 55ª edição, publicado quando o jornal passou a ser semanal e membros mais atrelados ao PCB assumiram a direção, trouxe como título “Luta Armada

e Anistia” e analisava a conjuntura que levou algumas pessoas a pegarem em armas contra a ditadura. No final, clamava: “E a anistia ampla, geral e irrestrita é um dos pontos de luta contra o regime. Todos os que combateram o regime devem estar hoje, fora das grades, junto com o povo” (POSIÇÃO, ed. 55, p. 2). Ao todo, nas 66 edições do jornal *Posição*, das quais cada uma dispunha de um editorial, 9% deles trataram especificamente da anistia.

Mobilizações do interior também foram parar nas páginas do *Posição*. Em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 3 de julho, o jornal divulgava a intenção de promover uma manifestação em prol da anistia, ampla, geral e irrestrita realizada por todos os setores representativos da comunidade cachoeirense. Seria uma noite de vigília, organizada pelo jornalista Arnaldo César de Araújo Barreto, na qual se reivindicaria a devolução de todos os direitos aos políticos, jornalistas, estudantes, escritores, cientistas, operários, militantes, líderes sindicais, cassados e presos após o dia 31 de março de 1964. O local da vigília era a Câmara de Vereadores daquele município.

Meses antes, em dezembro de 1978, também ganhou as páginas do periódico alternativo uma passeata de protesto contra a ditadura promovida pelo Movimento Estudantil em Vitória, na qual faixas pedindo “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foram estendidas pelas principais vias da capital.

84

A 60ª edição do *Posição*, publicada um pouco antes da votação da lei da anistia, em 1º de julho de 1979, trouxe uma cobertura grande sobre os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, entre eles Perly Cipriano. Uma emblemática foto do grupo estampou a capa da publicação, que destacava: “Eles sobreviveram ao centro de tortura do regime”. O periódico detalhava que aqueles homens eram acusados de “crimes de sangue” ou “crimes contra a humanidade” e, por isso, não seriam agraciados com a anistia proposta pelo presidente Figueiredo. No editorial, *Posição* reforçava qual era “a anistia que a ditadura queria”.

Ao comentar a versão final do projeto de Anistia enviado pelo então presidente Figueiredo ao Congresso, *Posição* classificou a proposição como sofista, já que não era ampla, geral e nem irrestrita. Diferenciando aqueles que seriam beneficiados ou não, o nanico capixaba chegava a clamar que não apenas torturadores fossem punidos, mas que todo o sistema de repressão caísse. Até aquele momento, segundo dados reproduzidos da revista *Veja*, havia 700 condenados por assalto a bancos, 28 por atos de terrorismo e 85 assaltantes (fora os de banco). Pela proposta governista, eles só receberiam anistia caso tivessem cumprido suas penas ou se não estivessem foragidos. Restariam, então, 239 condenados, sendo que 149 deles foram julgados em primeira

instância e poderiam recorrer ao Superior Tribunal Militar. Os demais 90 estavam foragidos na época e teriam que submeter seus casos ao tribunal por meio de recursos, a fim de saber se seus delitos são considerados ou não “crime político”.

E a anistia realmente veio, após uma discussão complicada no Congresso. A proposta original enviada pelo Executivo não atendia aos desejos de parte da população, afinal não contemplava os presos políticos acusados de crimes de terrorismo, ou seja, aqueles que pegaram em armas contra o regime; os demitidos; magistrados afastados da sua função; e os estudantes atingidos pelo decreto-lei 477, que definia o que era considerada infração dentro do meio acadêmico e universidades. Durante o processo de votação, Figueiredo se pronunciou afirmando que não iria aceitar nenhuma emenda à sua proposta, como pontuou *Posição* no editorial de sua 62ª edição. A publicação alternativa chegou a acusar as lideranças do regime de não ter “respaldo moral” para ditar nenhuma norma social.

Logo abaixo do editorial daquela edição, havia uma carta assinada por 15 pessoas, entre elas Perly Cipriano. Eram os presos políticos do complexo Frei Caneca (no qual estava o presídio Milton Dias Moreira) que pediam apoio a uma anistia ampla, geral e irrestrita. Classificava a proposta governista para a anistia como contraditória, falha, aquém dos desejos populares, emoldurados por diatribes ideológicas e casuísticas.

85

Os autores da carta, no momento da publicação, promoviam a maior greve de fome do regime, que chegou a durar 32 dias. Na última página da 62ª edição, *Posição* substituiu as tradicionais charges por fotos dos presos políticos. Junto às fotografias, vinha uma única frase: “Esses homens estão em greve de fome nos cárceres da ditadura... pela anistia ampla, geral e irrestrita”.

A 62ª edição publicava ainda três cartas dos presos políticos. A primeira, datada em 22 de julho de 1979, era em conjunto e exigia o fim “de tanta demagogia”, se referindo à postura dos detentores do poder. A segunda carta tinha como função aproximar mais a luta dos capixabas e fora escrita por Perly Cipriano. A última correspondência foi redigida por Gilney Amorim Viana, também preso político, e pontuava que a greve de fome nada mais era do que um mecanismo para romper com as amarras do poder e quebrar o isolamento político.

Na última edição daquele ano, datada de 7 a 14 de setembro, a anistia voltou a ser citada no editorial. O foco era as ações da classe operária no processo de abertura, mas o nanico registrou como uma delas as manifestações nas ruas do Rio de Janeiro pela anistia ampla, geral e irrestrita, das quais participaram diversos trabalhadores.

Aquela edição ainda contava com a reportagem sobre “Estudantes debatem a anistia”, sobre evento ocorrido na Ufes em 27 de agosto, onde foi lançado o livro “A Esquerda Armada” de Luzimar Nogueira Dias, diretor do *Posição*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos seus quatro anos de existência, o jornal *Posição* priorizou a cobertura de temas que confrontavam o regime autoritário. Efêmero, durou apenas quatro anos, depois de problemas financeiros e mudanças na direção, que levaram ao comando do periódico militantes do Partido Comunista, a publicação se distanciou de seu objetivo inicial: ser um jornal feito por jornalistas.

Mesmo com pouco tempo de circulação em comparação com a imprensa tradicional, mas com considerado sucesso quando se refere às publicações alternativas, *Posição* publicou 38 reportagens tratando sobre anistia aos presos políticos ou sobre tortura. Esse percentual perde apenas para as coberturas sobre o próprio regime; questões trabalhistas, como greve de motoristas e cobradores de ônibus e manifestações; e temas populares, a exemplo de saneamento nos bairros populares e aumento no índice de analfabetismo.

86

Já quanto aos editoriais, espaço em que o periódico se posiciona sobre temas que a direção considerava relevantes, a anistia pautou 9% deles. Sendo a grande maioria nas quinze últimas edições, ou seja, momento em que a pauta passou a ser mais massivamente discutida pela sociedade civil, fomentando ainda mais o debate.

A equipe do *Posição* levantou a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o que foi feito com mais afinco após os jornalistas conhecerem pessoalmente Perly Cipriano, o capixaba que estava na “sucursal do inferno”, como o periódico chegou a noticiar. Aquele era o personagem e o rosto que a publicação iria usar toda vez que a anistia fosse veiculada, tornando a pauta mais próxima dos moradores do Espírito Santo, dos estudantes da Ufes – já que o preso político estava prestes a se formar em Odontologia – e dos comunistas, que sabiam que um conterrâneo estava irredutível na luta, apesar das adversidades.

Posição também contribuiu com aqueles que estavam atrás das grades. Para eles, como pontuou Perly Cipriano, o trabalho jornalístico foi responsável por divulgar as lutas que empreendiam diariamente no cárcere, expondo as diversas formas de crueldade a que estavam sendo submetidos. *Posição* não foi o único veículo do País

a entrevistar os detentos do presídio Milton Dias Moreira. Mas foi a cobertura feita pelo jornal que contribuiu para sensibilizar os capixabas quanto à luta, principalmente estudantes, professores e militantes da esquerda. Era uma força a mais na tentativa de unificar em torno da anistia as frentes de oposição ao regime autoritário.

Após a pesquisa também ficou claro que o jornal nanico, mesmo promovendo uma cobertura importante, não abordou a anistia desde as primeiras edições. A bandeira passou a ser discutida pelo Movimento Feminino pela Anistia de forma mais ampla, coincidentemente, no mesmo período que *Posição* ganhava as ruas de Vitória. Porém, na época, o jornal se preocupava mais em cobrir as articulações do Movimento Democrático Brasileiro e apontar as contradições do regime. A anistia ganhou espaço a partir da 35ª edição, em 11 de maio de 1978, quando diversos movimentos sociais já haviam aderido à luta. Mesmo assim, sua contribuição foi importante, principalmente ao dar visibilidade às mobilizações regionais.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento:** uma reportagem – Belo Horizonte, MG: Editora Manifesto, 2011.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha:** a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet – São Paulo: Disal, 2004.

ENTREVISTAS

AMADO, Jô. **Criando o jornal Posição.** 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016.

CIPRIANO, Perly. **O Posição de dentro da prisão.** 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 20 de maio de 2016.

FERREIRA, Tânia Mara. **A produção do Posição.** Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016.

MOREIRA, Robson. **O Posição e a repressão**. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 16 de maio de 2016.

VILAÇA, Adilson. **A história do Posição**. 2016. Entrevista concedida a Luiz Fernando da Silva Brumana, Vitória, 19 de maio de 2016.

PERIÓDICOS IMPRESSOS

Posição, edições 1 a 66. (acervo da Biblioteca Estadual do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo e coleção preservada por Tânia Mara Ferreira).